

PERFIL E TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS DOS ALUNOS ADVINDOS DA EJA NO CURSO DE PEDAGOGIA NA UFPB

Edineide Jezine¹
Camilla Regina Pinto Barbosa da Trindade²
Janaína Gomes Fernandes³

Resumo

O presente trabalho propõe uma reflexão analítica acerca do perfil e das trajetórias históricas dos alunos que advieram da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que possuem histórico de exclusão e ingressam na Educação Superior, em especial na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ao analisar a realidade da EJA como modalidade de ensino, que incentiva a educação ao longo da vida, propõem-se uma reflexão a respeito da realidade desses sujeitos que rompem com a barreira da exclusão imposta no contexto da sociedade capitalista e conseguem ingressar na UFPB. Para tanto, a opção metodológica foi a realização de um questionário respondido por alunos identificados nas salas de aulas, como advindos da EJA, de todos os períodos e turnos do curso de Pedagogia, a fim de esclarecer as motivações que os impulsionaram ao ingresso na Educação Superior, as intervenções familiares nas escolhas, e as dificuldades enfrentadas pelos mesmos, antes e depois do ingresso, na perspectiva de contribuir para a permanência e o sucesso desses sujeitos.

Palavras-chave: Acesso; Permanência; EJA; Pedagogia.

Introdução

Os estudos acerca da Educação Superior constituem-se como uma vasta área de investigação para os pesquisadores no cenário brasileiro e mundial, tendo em vista a importância deste nível de ensino no contexto de mudanças sociais e econômicas geradas pelo processo de globalização, compreendido como um fenômeno com dimensões econômicas, políticas e culturais que interferem nos processos educativos.

Através dos estudos realizados sobre a Educação Superior e a caracterização do perfil sócio-econômico traçado ao longo do processo de investigação é possível questionar

¹ Pós-doutora em Ciências da Educação. Profª. Da Universidade Federal da Paraíba e do Programa de Pós-graduação em Educação. Participante da Rede Universitas/Br e pesquisadora do CNPq com o Projeto intitulado “Inclusão, equidade social e acadêmica nas Políticas de Educação: o acesso ao Ensino Superior no contexto da globalização”.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES) e Bolsista do Observatório da Educação Superior (OBEDUC).

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sociedade (NEPES).

perceber que alunos que concluíram os estudos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) conseguem superar a barreira da exclusão social e educacional e ingressam na Educação Superior, e constroem processos de liberdade e emancipação social (FREIRE, 1987). Nesse sentido, questiona-se: Existem alunos advindos da EJA que conseguem ter acesso a Educação Superior, em especial, no curso de Pedagogia da UFPB? Quais os elementos históricos e familiares que podem ter contribuído para as escolhas de ingressar na Educação Superior? Quais as motivações que influenciam a permanência desses alunos na UFPB? Quais as expectativas para o futuro após o ingresso na Educação Superior?

Para responder a estas indagações, o artigo propõe apresentar dados dos questionários aplicados aos sujeitos de nossa pesquisa que advieram da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, visando conhecer o perfil destes alunos que ingressam no curso de Pedagogia. Outrossim, esclarece ainda as trajetórias históricas desses sujeitos que concluíram a escolarização na EJA e que ingressaram na universidade, rompendo a barreira imposta pelos parâmetros de uma sociedade pautada nas desigualdades sociais, mas que superaram os processos de exclusão, enfrentando dificuldades para a permanência na universidade.

Educação Superior e a Educação de Jovens e Adultos – EJA

A EJA está inserida em um contexto onde os aspectos sociais, políticos, culturais e educacionais sofrem a intervenção direta da globalização e das ações capitalistas. Nesse sentido, as intervenções e propostas no campo educacional EJA, têm a perspectiva de minimizar os números de analfabetos, tornando-os cidadãos por meio do voto, como também, em outra proposta, a educação dos jovens e adultos das classes populares tem como objetivo a qualificação da mão de obra para o trabalho, ou seja, atender a demanda produtiva de mercado, como afirma Torres (1994, *apud* HADDAD, 2001, p.198):

As reformas educativas, na verdade, vêm dando ênfase aos aspectos econômicos e de controle administrativo. Importa mais a formação da mão de obra para o capital do que formação do cidadão para a sociedade. Importa mais o ajuste econômico dos sistemas escolares públicos à lógica neoliberal da reforma do estado do que o investimento social que a educação proporciona para a sociedade. As instâncias centrais estabelecem os currículos e critérios mínimos de assimilação de conteúdos, assim como o sistema de avaliação também centralizado, e deixa muitas vezes para o jogo do mercado a melhoria da qualidade do ensino.

Dessa forma, busca-se usar a realidade desses indivíduos como ferramenta pedagógica, no sentido da valorização das práticas e técnicas existentes na cultura dos mesmos, ou seja, realizando a educação de jovens e adultos com base nas concepções da educação popular.

As mobilizações populares e sindicais por democracia, por melhores condições de trabalho, educação, saúde; pela valorização da cultura popular e outras necessidades surgiram e tiveram grande repercussão pelo Brasil, sobretudo a partir dos anos 1960. Alguns exemplos são colocados por Wanderley (2010, p. 9):

Movimento de Cultura Popular (Recife), o Movimento de Educação de Base – MEB (estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste), a Campanha “De Pé no Chão também se aprende a ler” (Rio Grande do Norte), o Centro de Cultura Popular (dinamizado pela União Nacional dos Estudantes).

Tendo em vista toda mobilização em prol das lutas pelo direito e equidade social, faz-se necessário considerar o cenário nacional, em que as intervenções da globalização e do capitalismo impõem novas formatações na sociedade, inclusive as “promessas de melhorias” para a camada popular, que não foram cumpridas, que seguem incentivando às reivindicações pelos direitos das classes sociais menos favorecidas, conforme expressado na LDB (1996), o Art. 1º diz que:

[...] a educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com relação à EJA, no Art. 37º, diz que: “a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” Os indivíduos que compõem este classe popular, em sua trajetória histórica foram privados do direito à educação, contribuindo assim para sua exclusão nos âmbitos sociais. Porém, as possibilidades de uma educação continuada, educação ao longo da vida (PRESTES & PFEIFFER, 2011) vem proporcionando à classe popular o direito ao conhecimento que até então lhes foi negado.

É importante ressaltar as conferências e fóruns que acontecem em prol da melhoria da educação em geral. Ao se tratar da modalidade da EJA, pode-se observar a mobilização, a exemplo das CONFINTEAS (1949, 1960, 1972, 1985, 1997, 2003), Fóruns e as ações da

Cátedra e da UNESCO, que discutem as estratégias de ensino, as preocupações com os “pilares das aprendizagens” (SCOCUGLIA, 2011) e os desafios da EJA na tentativa de proporcionar uma educação que vai além da alfabetização, mas que oportuniza uma educação ao longo da vida.

Embora o índice do analfabetismo de 1992 para 2009 caia de 17,2% para 9,7%, respectivamente, é imprescindível as ações de democratização do acesso e inclusão dessa demanda que, no ano de 2012, representa, ainda, 14,1% do total da população com idade maior ou igual a 15 anos (ANUÁRIO DA EDUCAÇÃO, 2012). Ou seja, o número de matrículas vem diminuindo e resulta na possível conclusão dos estudos desses alunos na EJA. Nesse sentido, fica clara a necessidade que os indivíduos das classes populares, que não estiveram na escola na faixa etária regular, consigam ser incluídos e que possam permanecer e concluir seus cursos, para, assim, alcançar outros níveis educacionais. Ou seja, necessárias são as ações no ensino básico que possam incentivar a educação ao longo da vida desses sujeitos, na perspectiva de estimular um futuro ingresso na Educação Superior.

Para viver em sociedade, alcançar oportunidades no mercado de trabalho e melhorar as condições de vida é necessário dispor de um nível educacional que possibilite o indivíduo a atuar como cidadão. Durante décadas, as lutas em prol da educação das classes populares, da conscientização desses indivíduos, da libertação, do direito à escolha, da busca pela emancipação (FREIRE, 1974) foram se expandindo por todo o país. A EJA como uma modalidade de educação com caráter profissional, como educação que valorize as heranças culturais e uma educação ao longo da vida, é uma conquista do povo que, por décadas, foi privado do direito a uma educação que centralizasse o homem como ser humano, e não como trabalhador. Homens que têm o direito de fazer a sua própria história e de contribuir diretamente com o desenvolvimento do país.

Os movimentos populares defendem a conscientização do indivíduo que, em meio às dificuldades, podem modificar a realidade em benefício individual, em paralelo com o coletivo. Segundo Freire (1976, p. 133):

A história não faz nada, não possui nenhuma imensa riqueza, não liberta nenhuma classe de lutas: quem faz tudo isso, quem possui e luta é o homem mesmo, o homem real, vivo; não é a história que utiliza o homem como meio para trabalhar os fins – como se tratasse de uma pessoa à parte – pois a história não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos.

O homem como transformador da sua história vem, ao longo das décadas, lutando para ocupar um lugar na sociedade (que é seu por direito) em um país democrático e, por

meio da educação, ter a oportunidade de mudança, ascensão social e melhoria de vida. A EJA, como uma modalidade direcionada a atender a esses sujeitos, deve estender o olhar para além de um ensino mecanizado, e estar como ensino formal não impede de usar a cultura como instrumento educativo, nem mesmo como ensino distante do nível superior, impedindo-o de ser alcançado.

No Brasil, país democrático, a educação é tida, constitucionalmente, como direito de todos, sem priorizar, *formalmente*, nenhum grupo social desfavorecido, nem privilegiar grupos com condição financeira e cultural favoráveis. Entretanto, é necessário perceber que a trajetória de muitos sujeitos da classe popular têm suas particularidades devido à influência social, cultural e econômica que resultam em sua exclusão.

De acordo com a LDB (1996), art. 44º, inciso II, os cursos de graduação da Educação Superior público são “abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalentes e tenham sido classificados em processos seletivos”. A lei deixa claro que qualquer indivíduo que faça parte desse grupo e que tenha concluído as exigências de ensino para o ingresso está apto. Surge uma nova demanda que busca a Educação Superior, um novo perfil de candidatos, desafiando a Educação Superior a promover a democratização do acesso, possibilitando a inclusão⁴ desses indivíduos.

Na UFPB, a realidade comparada ao cenário nacional vem apresentando diferenças, conforme vimos no capítulo anterior. Mesmo que o número de vagas para o ingresso, oferecidas pela UFPB, esteja aquém para atender a demanda dos que procuram a Educação Superior na instituição, as políticas públicas intervêm positivamente no ingresso de candidatos advindos de escolas públicas no período de 2008 a 2012, como mostram as análises qualitativas dos dados da COPERVE realizadas pelo GEEPES/UFPB⁵.

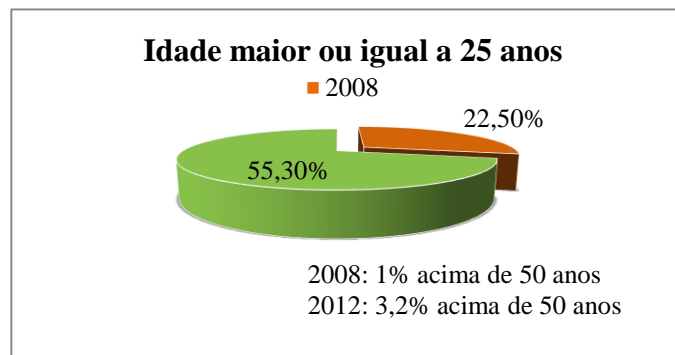
O número de ingressantes que concluíram em escola pública é de 38,2% em 2008, chegando a 2012 com um percentual de 56,7. Esse dado chama atenção e incentivou a realização dessa pesquisa, pois indica o aumento significativo no número de ingressos com idade igual ou maior que 25 anos nesse período – de 9,9% (2008) ele cresce para 18,8% (2012). Em vista disso, o foco da pesquisa é identificar quantos alunos fora da faixa etária regular ingressaram no curso de Pedagogia e quais desses alunos advieram da modalidade EJA.

⁴ Boaventura (2005) afirma que só há inclusão quando as ações de permanência proporcionem aos alunos oriundos das classes discriminadas o acesso, a permanência e garantam o sucesso desses sujeitos.

⁵ Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação Superior e Sociedade/UFPB, que trabalha com a pesquisa “*Inclusão, equidade social e acadêmica nas Políticas de Educação: o acesso aa Educação Superior no contexto da globalização*”, coordenado pela professora Edineide Jezine.

Podemos observar no gráfico abaixo que o número de candidatos que ingressam fora da faixa regular (18 – 24) no curso de Pedagogia é crescente nesse período e prevalece em maior número quando comparado aos que ingressam na faixa regular.

Gráfico 04: Candidatos que ingressam no curso de Pedagogia/Campus I com idade igual ou maior que 25 anos.



Fonte: UFPB/COPERVE, 2012.

Tendo em vista as dificuldades para encontrar o número geral dos candidatos nessa faixa etária, que concluíram os estudos na modalidade EJA, em específico na Pedagogia, é notório que existe uma necessidade de indagar os sujeitos ingressantes à respeito dessa informação, na expectativa de compreender os avanços nas propostas de inclusão que vão além do ingresso de alunos advindos de escola públicas, mas também identificar, dentro da UFPB, os indivíduos que vêm de uma realidade excludente; que apresentam uma dificuldade social, cultural, econômica e política, mas conseguem vencer a barreira imposta pela sociedade.

Os sujeitos advindos da EJA, que ultrapassam as barreiras sociais durante a sua trajetória escolar, rompem com os elos culturais e com a influência familiar, como exemplifica Bourdieu (2002, p.41):

[...] um jovem de camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na Universidade que o filho de um assalariado agrícola e quarenta vezes mais que um filho de um operário, e suas chances são, ainda, duas vezes superiores àsquelas de um jovem de classe média.

A família, como primeira instância da formação desses indivíduos, pode influenciar nas escolhas e, assim, contribuir, com base nas heranças culturais, para a atuação desses, melhorando as chances de serem participantes ou excluídos da sociedade. Para Bourdieu

(2002), essa herança é denominada capital cultural⁶ que influencia nas relações sociais. Pode-se inferir que o acúmulo do capital cultural desses indivíduos contribua para a extensão da rede de relações, isto é, para expandir o capital social.

Porém, é de suma importância ressaltar que as influências culturais e familiares que Bourdieu trata não é um conceito generalizado. Com base nessa pesquisa, pode-se averiguar que, mesmo nas condições do contexto no qual esses sujeitos estão inseridos, eles vão além e rompem com a barreira do impedimento colocado pela sociedade hegemônica.

Em vista dessa realidade, segundo Wertheim & Cunha (2000), a Educação Superior estava diante de um grande desafio: democratização do acesso, garantir a qualidade de ensino e inserir-se num contexto de globalização das atividades econômicas e sociais.

Segundo Prestes, Sousa, Bezerra e Silva (2013,p.04), a UFPB aderiu ao REUNI no ano de 2007 e se propôs a

[...] organizar um conjunto de ações para a sua expansão, associadas à melhoria dos padrões de eficiência e qualidade acadêmico-administrativa, visando estimular o alunado a concluir seus estudos. Naquele período, a instituição funcionava com 57 cursos de graduação (42 Bacharelados e 15 Licenciaturas) e com 17.086 alunos matriculados. O corpo docente efetivo era composto de 1.458 professores, 54% de doutores, 34% de mestres e 297 professores substitutos, totalizando um conjunto de 2.465 professores. O quadro técnico-administrativo se compunha de 3.620 servidores (1.061 de nível superior, 2.189 de nível médio e 370 de nível de apoio) e ofertava 4.269 vagas para ingresso na graduação. As propostas mais relevantes do REUNI/UFPB apoiavam-se em duas metas básicas: *a*) elevar, gradualmente, a taxa média institucional de conclusão de cursos presenciais pelos alunos de graduação (TCG), de 68,5%, em 2007, para 90%, em 2012 e; *b*) a relação média institucional de alunos dos cursos presenciais de graduação por professor, de 13 (2007), para 18 (2012). Para alcançar essas metas, a UFPB se propôs a organizar um conjunto de ações para se expandir, com propostas de melhoria dos padrões de eficiência e qualidade acadêmico-administrativa.

Nessa perspectiva, a UFPB avançou nas questões de acesso a instituição com o programa REUNI que, em 2011, ofereceu 2.180 novas vagas, criou 30 novos cursos e ampliou o quantitativo de alunos para 38.000 matrículas (SOUZA JÚNIOR, 2011, s/p). É compreensivo que a Educação Superior na UFPB vem oportunizando o ingresso dessa classe popular, porém a inclusão acontece de fato se esses indivíduos conseguem o ingresso, a permanência e o sucesso (SOUZA SANTOS, 2005, p. 68 – 69). De forma que tal processo de expansão

⁶ O capital cultural segundo Bourdieu (2002) é transmitido da família para os seus filhos mais por vias indiretas que diretas. São os valores implícitos e profundamente interiorizados que contribuem para definir as atitudes e consequentemente o êxito do indivíduo no seu processo escolar.

contribuiu para o ingresso de pessoas com mais idade e advinda de outras modalidades de ensino, no caso a EJA.

1. 1 Alunos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB

A pesquisa realizada do âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Superior e Sociedade - GEPESS, ao analisar o perfil dos candidatos que ingressam na UFPB, possibilitou conhecer também o perfil dos alunos no curso de Pedagogia. Em linhas gerais, no ano de 2012, entraram no curso de Pedagogia alunos que advieram de escolas públicas, que dispõem de uma renda familiar baixa (entre menos que um salário mínimo ou dois salários), de cor parda, que não exercem nenhum tipo de atividade remunerada, e são filhos de pais e mães com baixo índice de escolaridade. Além dessas características, é importante ressaltar, como mostra o Gráfico 04, que o número de ingressantes fora da faixa etária regular é significativo no curso.

Em vista disso, esse trabalho propõe identificar os candidatos advindos da EJA e conhecer os perfis desses sujeitos que ingressaram no curso de Pedagogia. Porém, vale ressaltar a dificuldade de obter informações da UFPB sobre esse dado, impossibilitando o comparativo com o universo da instituição, ou seja, quantos candidatos que ingressam na Educação Superior da UFPB advieram da EJA e quantos estão no curso de Pedagogia. Diante dessa realidade, para preencher essas lacunas, é sugerida a realização de um questionário no ato da matrícula ou no primeiro período, com os alunos ingressantes, para que possam ser identificados os sujeitos que advém da EJA e tornar possível a realização de estudos com dados mais precisos.

1.2 Aspectos metodológicos da pesquisa e caracterização dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia

Considerando as dificuldades na busca pelos sujeitos desse trabalho, é pertinente ressaltar que a pesquisa parte de uma perspectiva quali-quantitativa (MARCONI & LAKATOS, 2012) para a aferição e interpretação dos dados. Deste modo, o método de procedimento será o estudo de caso, que, segundo Lakatos e Marconi (2012), tem “a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”, porém, facilitando assim a compreensão da classe popular envolvida no estudo e proporcionando uma visão ampliada da realidade desses indivíduos.

O encontro dos sujeitos deu-se a partir da visita às salas de aulas em todos os períodos e turnos do curso de Pedagogia que, mesmo apresentando um crescente ingresso de indivíduos fora da faixa regular, foi possível encontrar um número baixo de alunos que concluíram a educação básica na modalidade EJA. Isso pode ser justificado em razão do acúmulo da demanda durante os últimos anos e não necessariamente pelo advir da EJA, como esclarece Prestes e Pfeiffer (2011, p. 219):

Mesmo considerando que certa parcela dos concluintes do ensino médio não dispõe dos requisitos cognitivos ou financeiros para estudar ou não tem interesse de ingressar na Educação Superior, é óbvio que se acumulou, durante estes últimos anos, uma enorme demanda reprimida de indivíduos com interesses em continuar os estudos e ingressar na Educação Superior.

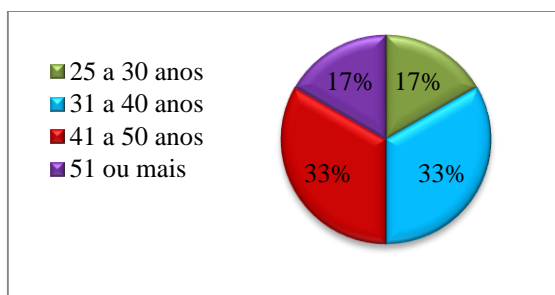
A escolha por esses sujeitos deu-se pela necessidade de: conhecer as trajetórias históricas e as dificuldades enfrentadas por eles no processo educacional, incluindo os motivos que os impediram de cursar o ensino em idade regular; analisar a influência familiar nas escolhas e nas opções desses indivíduos; compreender as motivações e dificuldades de se cursar a Educação Superior, e por fim, apreender a visão desses alunos sobre a Educação Superior e suas expectativas para a vida pessoal e/ou profissional.

No processo de coleta dos dados para a pesquisa, foi utilizada a técnica do questionário, que possibilitou obter as informações necessárias sobre o perfil, as trajetórias históricas, as dificuldades, motivações e expectativas desses alunos de Pedagogia que advieram da EJA. Essa técnica, de acordo com Marconi e Lakatos (2012), compõe a parte prática de coleta de dados, denominada observação direta extensiva. Os questionários foram realizados no intento de obter informações necessárias na perspectiva de esclarecer e exemplificar a problemática da pesquisa, ou seja, compreender melhor os aspectos que influenciam a realidade atual e futura dos sujeitos em estudo.

Diante das dificuldades encontradas na busca pelos alunos advindos da modalidade EJA, foi possível encontrar um número muito pequeno, no total de seis sujeitos, mas os questionários possibilitaram conhecê-los e assim analisar as semelhanças nos perfis. Com base nesses questionários, é possível descrever o perfil dos sujeitos, levando em consideração as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, origem, renda familiar, instrução do pai e da mãe, e local onde mora.

Partindo das análises, os sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia, de acordo com o questionário, são do sexo feminino e dispõem das seguintes características, como podem ser observados os gráficos abaixo:

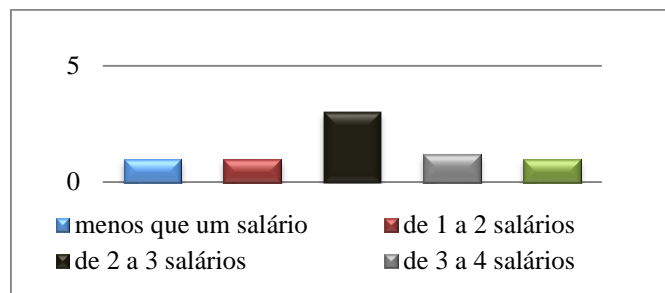
Gráfico 05: Faixa etária dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Questionário da Pesquisa

Estes sujeitos são de origem urbana, habitam na cidade de João Pessoa e apresentam uma faixa etária entre 31 a 50 anos, como mostra o gráfico, em uma porcentagem com maior relevância.

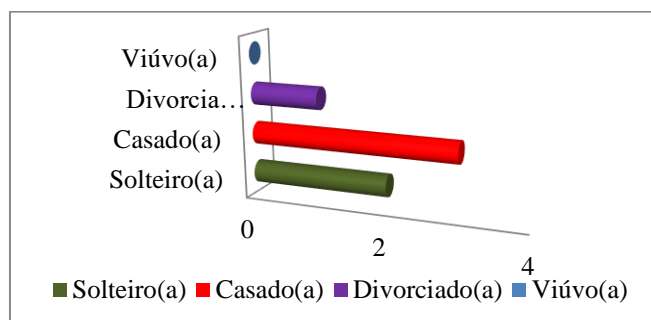
Gráfico 06: Renda familiar dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Questionário da Pesquisa

A maior parte dos indivíduos dispõem de uma renda familiar entre 2 (dois) a 3 (três) salários mínimos.

Gráfico 07: Estado civil dos sujeitos da pesquisa.



Fonte: Questionário da Pesquisa.

Tendo em vista que os sujeitos são todos do sexo feminino, as alunas vivem uma relação estável, ou seja, são casadas e residem com o marido e filhos.

Com relação às questões respondidas sobre a escolaridade dos pais, é possível perceber em linhas gerais que as mães dessas alunas possuem escolaridade ao nível de ensino médio completo, e os pais ao nível de ensino médio incompleto. Diante desses resultados, é

possível fazer relação com a ideia de Bourdieu e Champagne (1993) em que assinalam que as desigualdades socioeducacionais entre os estudantes advindos de classes populares, não são eliminadas.

Os perfis desses sujeitos se assemelham aos perfis dos candidatos que ingressam no curso de Pedagogia no geral, o que é possível afirmar com base nos resultados da pesquisa sobre acesso e permanência de sujeitos em situação de vulnerabilidade do GEPES. A maioria dos ingressantes no curso é do sexo feminino. Esse dado pode ser justificado devido ao número de candidatos que ingressam na UFPB sejam do sexo feminino, uma vez que em 2008 o percentual é de 51,4% e os do sexo masculino de 48,6%. Em 2012 o número de mulheres, também é maior com relação ao número de homens, 52,9% e 47,1%, respectivamente. São advindos de escolas públicas, com renda familiar entre menos de um até três salários mínimos, filhos de mães que possuem uma instrução de nível médio completo e pais de nível fundamental incompleto.

Em vista disso, as semelhanças nos perfis existem. Porém a relevância da pesquisa é a análise e compreensão das trajetórias históricas desses sujeitos, objetivando conhecer as motivações que levam estes, advindos de uma realidade escolar e social excludente, mas que conseguem ingressar na Educação Superior superando os limites impostos por esse nível educacional, na tentativa de incluir-se na sociedade e melhorar suas condições de vida por meio da educação.

1.3 Trajetórias históricas dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia.

Compreender o percurso histórico e as influências sociais dos sujeitos que constituem a formação da sociedade remete a conhecer as trajetórias sociais e educacionais de determinados grupos sociais que, diante das opressões impostas por grupos dominantes, conseguem intervir nas ações e modificar a realidade na busca de oportunidades por uma educação que vai além da formação imposta pelo mercado. A EJA é vista como a oportunidade de continuidade da formação de sujeitos das classes populares que não tiveram as condições de escolarização no tempo ideal, e objetiva um processo de formação crítico, libertador e emancipador e que proporcione mudanças na vida e favoreça oportunidades no seu futuro social e profissional para alcançar outros níveis de ensino. De acordo com a UNESCO (2009)

[...] a democratização do acesso da universidade, por si mesma, não estimula a permanência no ensino(a formação/certificação) nem as aprendizagens, os requisitos básicos para promover a inclusão e o cumprimento dos objetivos fixados pelas políticas internacionais e nacionais para o desenvolvimento social e profissional das pessoas, particularizando-se as adultas.

Como propõe o PNE 2011 – 2020, as considerações sobre a democratização e permanência na Educação Superior indicam necessidades: entre elas, a de “garantir a expansão da graduação nas instituições públicas no período noturno, com a condição de que o número de vagas neste período seja, no mínimo, um terço do número total de vagas” (2011, p.111). Complementando, a Conferência Nacional de Educação (CONAE) afirma que “as políticas de acesso deverão articular-se às políticas afirmativas e de permanência na educação básica e superior, garantindo que os segmentos menos favorecidos da sociedade possam realizar e concluir a formação com êxito e com alto padrão de qualidade” (2011, p. 53).

Na UFPB, embora o ingresso dos sujeitos com idade maior ou igual 25 anos seja significativo no ano de 2012, é preciso levar em consideração as dificuldades de permanência e sucesso desses indivíduos na instituição. A UFPB, como universidade pública e de total responsabilidade do Estado, necessita elaborar ações internas de incentivo, que oportunizem a permanência durante o curso e até sua conclusão. Os sujeitos advindos da EJA apresentam outras necessidades que precisam ser levadas em consideração, devido as suas trajetórias históricas e as dificuldades vivenciadas em seu processo educativo tardio.

Com base nos questionários, foi possível conhecer as dificuldades enfrentadas durante o processo educacional básico e na Educação Superior, como também as motivações que levam a romper as barreiras impostas pelo acúmulo de dúvidas, preconceitos, insucesso, processos aligeirados da EJA e que podem refletir na trajetória educacional na Educação Superior.

As alunas, ao serem perguntadas se tiveram incentivo da família para voltar a estudar, afirmam em suas respostas que tiveram o apoio e a motivação familiar para dar continuidade aos estudos, uma vez que em todos os casos o ingresso na EJA foi à partir do ensino básico fundamental e/ou ensino médio. Para esclarecer, Nogueira & Nogueira (2009, p. 90) coloca que:

[...] pertencer a uma família com limitados recursos econômicos e culturais não importaria necessariamente o insucesso escolar. Em todos os casos, o efeito das condições objetivas sobre a escolarização dos indivíduos seria intermediado pelos significados que os pais e filhos atribuem a essas condições e ao processo de escolarização.

Diante da colocação dos autores, é possível aludir que essas alunas do curso de Pedagogia, que apresentam um perfil característico de classe popular, e que constituem um grupo social que dispõe de condições financeiras baixas, integrantes de famílias com pais de nível de instrução baixo e em alguns casos analfabetos, não estão condenadas a permanecer na mesma condição familiar. Ou seja, os sujeitos advindos de classes populares, com sinais de exclusão devido as suas trajetórias históricas, podem romper essa barreira e alcançar a Educação Superior, a exemplo dos sujeitos em estudo.

Seguindo com a análise dos questionários, em resposta à indagação sobre as motivações para o ingresso a Educação Superior, algumas alunas afirmam que conseguir ingressar na Educação Superior foi uma realização pessoal e proporcionará a possibilidade de mudar a realidade atual e concluir seus estudos, ou seja, obter formação. Algumas respostas dos seguintes sujeitos.

Aluna A:

“É ter um grau de instrução para mudar a realidade atual”.

Aluna B:

“Novas aprendizagens para a vida e a valorização pessoal”.

As motivações para o ingresso na UFPB são: ascender economicamente, adquirir conhecimento, ter oportunidades no mercado de trabalho e incluir-se na sociedade. Ao ingressarem na instituição, são identificadas as primeiras dificuldades. Algumas colocam a questão financeira que dificulta o acesso aos textos, pois não possuem dinheiro para tirar as fotocópias e também obter a alimentação. Outras respondem o seguinte:

Aluna C:

“Aprendizagens de novos conhecimentos e avaliações em algumas disciplinas”.

A UFPB dispõe de programas de permanência⁷, porém poucos alunos têm conhecimento sobre esses auxílios. As datas, os prazos e a documentação exigida são, geralmente, socializados via internet, excluindo os alunos que não sabem usar ou que não têm acesso diariamente a essa ferramenta, resultando na falta de informação e, assim, ao não acesso ao benefício durante o período como graduandos. Em se tratando de programas de

⁷ Os programas de permanências são: Restaurante Universitário, Programa de Moradia Estudantil Universitária (PROMEU), Atenção à Saúde, Auxílio Transporte, Auxílio Creche, Auxílio manutenção, Inclusão Digital através do computador pessoal, Apoio aos estudantes com deficiência, Apoio à participação em eventos e Mobilidade Estudantil Nacional e Internacional. Podem ser encontrados no site da instituição: www.ufpb.br

permanência em três dos questionários respondidos, as alunas nos primeiros períodos (1º e 2º) dizem não saber do Restaurante Universitário (RU), programa de apoio ao aluno que é mais conhecido e concorrido dentro da instituição. Em outros questionários, as alunas do 3º período em diante responderam que não conhecem os programas de permanência citados no questionário e só ouviram falar do RU.

Além dos programas de permanência, a UFPB possui programas acadêmicos⁸, mas a maioria das alunas afirma não participar e, outras, não conhecer. Ao ser perguntada pelas dificuldades enfrentadas para a permanência no curso, a Aluna D diz:

Aluna D:

“No início do curso, senti dificuldades nas leituras (compreensão de texto) e financeira, sanada logo após minha participação no projeto de pesquisa”.

A Aluna D é o único sujeito que faz parte de projeto de pesquisa, no grupo em análise. Em vista disso, pode-se perceber a importância dos programas de permanência, entre os quais se inclui os projetos acadêmicos de pesquisa e extensão na UFPB, já que podem proporcionar uma melhor condição para que o sujeito possa se manter durante o curso, alcançando a conclusão do mesmo.

Por fim, com relação aos benefícios da Educação Superior para a vida e para o futuro, as alunas responderam que a Educação Superior proporciona benefícios no sentido de melhorar o status social e ser reconhecido por estudar em uma instituição de Educação Superior pública; realizar-se profissionalmente; ter valor para as outras pessoas; alcançar novas oportunidades de vida; melhorar a renda familiar e ter um nível intelectual mais elevado. É relevante destacar algumas respostas.

Aluna D:

“Inúmeros. Desde a forma de me comunicar, até o meu lazer. Além dos ensinamentos formais que posso aplicar no meu cotidiano”.

Aluna A:

“Vai abrir várias portas e o meu futuro terá mais oportunidades”.

Aluna B:

“Status, moral levantada, atualização”.

Aluna C:

“Aquisição de conhecimentos importantes para perceber e refletir melhor sobre as coisas do mundo, principalmente nas questões políticas e sociais, além da

⁸ Os programas acadêmicos são: PIBIC, PROLICEN, PIBID, PROEXT, PIVID entre outros que podem ser encontrados no site: www.ufpb.br/prg/

construção de novas amizades”.

Com base no exposto, percebe-se que esses sujeitos passaram por processos excludentes em suas trajetórias históricas e, ao ingressarem na Educação Superior, vivem os limites impostos pela dificuldade de aprendizagem, desempenho e permanências na instituição. É claro perceber que a luta desses sujeitos para incluir-se nesse nível de ensino é a parte final, pois a maioria, até então, acredita que alcançou o topo de um processo que resultará na sua inclusão em uma sociedade que prioriza os de maior instrução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo a educação como um ato de liberdade (FREIRE, 1987) o acesso de sujeitos advindos da modalidade de Educação de Jovens e Adultos à Educação Superior se constitui para além da superação da exclusão, constitui emancipação. Nesse sentido, assinala-se a importância da pesquisa em reconhecer os percursos das estudantes e conhecer as dificuldades e expectativas das mesmas na continuidade dos estudos em um nível de ensino que pouco se aspirava, tendo em vista o histórico elitismo que sustenta essa modalidade de ensino, mas que hoje vem se constituindo uma oportunidade, para sujeitos com histórico de exclusão escolar como são as pessoas com escolaridade na EJA.

No capítulo III, a EJA é foco da reflexão, no sentido de esclarecer as questões que circundam a realidade dos sujeitos que de lá advêm, analisando as trajetórias históricas e educacionais, as influências familiares, e as motivações e dificuldades enfrentadas por esses sujeitos na busca pelo ingresso e permanência na Educação Superior. Mediante a análise dos dados, é possível compreender a realidade dos sujeitos advindos da EJA no curso de Pedagogia da UFPB, e sua relação com as contingências históricas da sua realidade, da sua cultura, do convívio familiar que influencia o ingresso na Educação Superior. Também são levadas em consideração as expectativas desses alunos com relação a Educação Superior, uma vez que em meio às dificuldades encontradas em uma trajetória excludente, conseguiram o ingresso na Educação Superior e superaram as barreiras de permanência para a conclusão do curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOURDIEU, P. CHAMPAGNE, P. Les exclus de l'intérieur? In: BOURDIEU, P. (Org.). *La Misère du Monde*. Paris: Seuil, 1993.

BRASIL. **Anuário Brasileiro da Educação Básica**. São Paulo: Moderna, 2012.

DOURADO, L. F. **Plano Nacional de Educação (2011-2020) - Avaliação e Perspectivas**. 2ª ed. Goiânia: UFG, 2011. p. 105-136.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **A Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2012.

NOGUEIRA, Maria A.; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a Educação**. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PRESTES, E. M. T.; PFEIFFER, D. Os adultos e a Educação Superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba In: **Reformas Educativas, Educación Superior y Globalización en Brasil, Portugal y España**. Espanha: Ed. Valência, 2011.

PRESTES, E. M. T. et al. **Democratização do acesso na Universidade: O processo de Expansão da UFPB**. (Texto original em processo de publicação – 2013).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI**. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 2 ed., São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção questões da nossa época; v. 120).

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A construção de uma pedagogia para a globalização contra-hegemônica a partir da educação de jovens e adultos. In: **Reformas Educativas, Educación Superior y Globalización en Brasil, Portugal y España**. Espanha: Ed. Valência, 2011.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. RIBEIRO, V. M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, Ação Educativa, 2001.

SOUZA JUNIOR, Luiz de. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização da Educação Superior**. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação e II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, São Paulo, S. P., 26 a 30 de abril de 2011. Disponível em: <www.anpae.org.br/simpósio2011/cdrm2011/PDFs/.../0310.pdf>. Acesso em: 28/07/2013.

UNESCO, Brasil. Ministério da Educação. **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília: UNESCO, MEC. 2009.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação Popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.

WERTHEIM, Jorge & CUNHA, Célio da (2000). A Unesco e as Novas Perspectivas para a Educação Superior. **EccoS**. Revista Científica, v.2, n.2, Centro Universitário Nove de Julho, S. Paulo. PP. 91 – 107.